



O ensino remoto na perspectiva de um coordenador pedagógico de educação física

Taísa Helena Jochinsein

Coordenadora pedagógica de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campo Largo - PR, licenciada e bacharela em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa EDUCAMOVIMENTO do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE-UFPR)

E-mail: taísa.edf@gmail.com

Guilherme Tamashiro

Educador no Colégio Nossa Senhora Medianeira de Curitiba - PR, graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa EDUCAMOVIMENTO do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE-UFPR).

E-mail: guilherme.tamashiro@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre a visão de um coordenador pedagógico de Educação Física frente aos desafios de estudantes e professores de escolas públicas do Ensino Fundamental durante o período de ensino remoto. O objetivo do mesmo foi apresentar uma perspectiva educacional dentro de um cenário específico na pandemia. Para sua elaboração, foi considerada sua concepção enquanto espectador e agente educacional no acompanhamento de ações pedagógicas. Foram levantadas as principais características do momento, propiciando uma visão panorâmica e contextualizada, que nos permite conhecer e compreender algumas singularidades deste modelo.

Palavras-chave: ensino remoto, coordenador pedagógico, educação física.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA

Com a ascensão da globalização a partir dos anos 1990, vieram à tona várias mudanças decorrentes das novas lógicas neoliberais, impondo a sua versão da modernização econômica e social que, mais tarde, levaram ao desenvolvimento acelerado das novas tecnologias de informação e comunicação, tais como a internet e os equipamentos de tecnologia digital (CHARLOT, 2013), também chamadas de TICs.

Olhando pelo viés da educação, toda essa mudança política e social teve um impacto gigantesco visto que “a presença de uma determinada tecnologia pode induzir profundas mudanças na maneira de organizar o ensino” (KENSKI, 2012 *apud* OLIVEIRA; FERREIRA E SILVA, 2020, p.4) e na própria identidade do(a) professo(a)r, sendo este(a) convidado(a) a adaptar-se às condições do contexto global e local e ainda a dominar os recursos digitais disponíveis com o intuito de qualificar seu trabalho e acompanhar a cultura do universo contemporâneo dos estudantes, agora considerados nativos digitais¹.

Como se a revolução tecnológica não trouxesse mudanças suficientes para o cotidiano docente, dando um salto para os anos 2020, nos deparamos com uma recente problemática, quando um novo cenário se configurou nas instituições de ensino do mundo todo: um contexto pandêmico que trouxe como consequência um modelo de ensino remoto como medida emergencial para atender às demandas educacionais, principalmente, provindas de instituições públicas. Nesta ocasião, as ferramentas tecnológicas que antes eram utilizadas de forma assistencial ou apenas para ornamentar a prática docente, tornaram-se o principal recurso didático, juntamente com

o papel, elemento característico do ensino tradicional, para manter a operacionalização da educação por meio de atividades que pudessem ser realizadas pelos estudantes fora do espaço da escola, com o objetivo de manter o vínculo com os mesmos e primar por alguma aprendizagem.

Diante do observado foram inúmeros os obstáculos a serem transpostos, e estes surgiram de forma condicional para todos os agentes envolvidos com a educação formal - estudante, professor(a), família, coordenador pedagógico, secretaria municipal de educação, município, estado e país -, de acordo com as suas atribuições, a ponto que este modelo vem mobilizando vários estudos no âmbito acadêmico, a exemplo de Dos Santos et al. (2021), Macedo e Neves (2021), Goularte e Bossle (2020), Pedrosa e Dietz (2020) e Oliveira, Ferreira e Silva (2020) e gerando vários debates em torno de aspectos cognitivos, sociais, políticos e profissionais, levantando questionamentos a respeito do papel do(a) professor(a) e da função social da escola, principalmente no que diz respeito a Educação Física, que se configura como um componente curricular essencialmente prático.

Frente às dificuldades encontradas tanto pelos profissionais da educação como pelos estudantes, a falta de interação foi a que imperou. Mais do que planejar, foi necessário pensar em como esses discentes poderiam se dedicar à aprendizagem na ausência física do seu principal interlocutor: o(a) professor(a). No estudo de Goularte e Bossle (2020), uma das estratégias de transformação deste cenário é a escuta de relatos dos professores de Educação Física sobre a compreensão da prática pedagógica neste período.

Por outro lado, falando agora dos discentes, especificamente da 1.^a etapa da Educação Básica, mais do que driblar a distância na intenção de tentar executar o que lhes era proposto, as crianças tiveram que lidar com a ausência de contato sendo, por uma tentativa de proteção, impedidas de conviver e se relacionar de forma muito próxima com outras pessoas, o que ameaçou inclusive a própria concessão para o brincar. Nestas circunstâncias onde, devido a barreiras sanitárias necessárias ao momento, prevaleciam um grande número de res-

¹ Terminologia usada para identificar os sujeitos que nasceram a partir de 1990, em um “mundo circundado pelas novas tecnologias e que usam as mídias digitais como parte integrante de suas vidas” (FRANCO, 2013; PRENSKY, 2001 *apud* COSTA; DUQUEVIZ e PEDROZA, 2015, p. 604).

trições que incentivavam o isolamento e distanciamento social, todos os componentes curriculares foram submetidos a mudanças dos pontos de vista metodológico e pedagógico, porém a Educação Física foi a que mais teve que sofrer adaptações por se tratar de uma aula que desenvolve conteúdos por meio de práticas de movimento que perpassam as unidades temáticas: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura (BRASIL, 2018).

Em virtude disso, como lidar com esses muros fisicamente intransponíveis que esse tipo de *não-relação*² social construiu entre as pessoas e ainda assim cumprir com o seu papel enquanto componente curricular obrigatório de grande valia para a Educação Básica? Como orientar e dar suporte a esses profissionais que têm como missão trabalhar vivências e aprendizagens de práticas de movimento, quanto ao tipo de saberes que deveriam privilegiar frente a estas intercorrências? Neste cenário, gostaríamos de trazer como objetivo do texto apresentar uma perspectiva educacional dentro de um contexto específico atrelada a experiência de um coordenador pedagógico de Educação Física³, em relação aos estudantes, juntamente com suas famílias, e aos professores de Educação Física durante o período de ensino remoto, para que, ao olharmos esta circunstância de forma ampla, possamos fazer alguns apontamentos acerca de que tipos de desafios os mesmos tiveram de enfrentar e como os mesmos foram ou não superados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ELABORAÇÃO DESTE RELATO

Com a emissão da Portaria n.º 343 pelo Ministério da Educação (MEC) passou a ser permitida a transposição das disciplinas presenciais por aulas disponibilizadas através dos meios de tecnologia de informação e comunicação (BRASIL, 2020), a qual foi denominada de ensino remoto emergencial, visando manter o calendário letivo similar ao proposto para o referido ano, e concebendo a relação professor(a)-aluno em outros moldes, ou seja, sem a proximidade própria da educação tradicional - presencial (TOMAZINHO, 2020), que no Paraná se consolidou a partir da Resolução SEED n.º 1.016 - 03/04/2020 (PARANÁ, 2021).

Sendo assim, o decurso a qual o relato de experiência se refere está entre os meses de março a

dezembro de 2020 e fevereiro a julho de 2021, período no qual as escolas municipais do Estado do Paraná, operaram no modelo de ensino remoto, utilizando-se de *kits* de atividades impressas e disponibilização de atividades via aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* para manter o vínculo com os estudantes.

Tendo em vista que cada instituição de ensino possui demandas específicas dos pontos de vista cultural e social de acordo com a comunidade que atende, fazendo com que, mesmo diante da mesma legislação, a experiência do ensino remoto tenha sido vivida de forma ímpar pelas mesmas, foram levantadas as principais características, desafios e anseios do momento com relação às aulas neste formato, tomando como base a percepção do coordenador pedagógico de educação física frente a realidade tanto dos estudantes e familiares como do(a) professor(a), em especial do(a) professor(a) de Educação Física, grupo que conta com o apoio, supervisão e orientação do referido coordenador de maneira mais próxima, com a finalidade de propiciar uma visão panorâmica e contextualizada da situação.

O aporte teórico utilizado contou com pressupostos dos seguintes autores: Charlot (2013), COSTA et al. (2015), Dos Santos et al. (2021) Ferreira et al. (2021), Gonçalves et al. (2019), Goularte e Boslle (2020), Macedo e Neves (2021), Pedrosa e Dietz (2020), Oliveira et al. (2020), Ramos e Magalhães (2013), Tomazinho (2021), Gois et al. (2021) e Vieira et al. (2021).

O ESTUDANTE NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REMOTO

Quando um estudante vai à escola ele o faz por vários motivos. Claro que aprender seria uma dessas possibilidades, afinal o discurso de que *quanto mais você estuda, maiores as chances de você se dar bem na vida* ainda é muito utilizado tanto pelas famílias quanto pela sociedade em geral, influenciadas pelo nosso sistema capitalista. Porém, o que se deve considerar é que muito além da antiga teoria sobre a transmissão de conhecimentos que já deveria ter sido superada há muito tempo, a vida escolar, por assim dizer, tem vários papéis atrelados a outros tipos de saberes e um deles é o da socialização.

Em casa, cursando os primeiros anos da Educação Básica longe da escola, longe dos amigos, longe

² Expressão utilizada por nós para destacar o comportamento social predominante nesse momento pandêmico, no qual as pessoas foram submetidas a, de certa forma, conter ao máximo as relações entre pares.

³ Dentro de uma Secretaria Municipal de Educação, um Coordenador Pedagógico de Educação Física é normalmente um representante da classe docente, integrante da equipe de ensino municipal juntamente com outros membros nomeados para os demais componentes curriculares, responsável por assessorar, orientar e dar suporte às práticas pedagógicas voltadas para a Educação Física Escolar desenvolvidas dentro das instituições de ensino.



do(a) professor(a) e muitas vezes disputando com os irmãos o uso do celular para conseguir acompanhar as orientações d(a) professor(a) por *WhatsApp* enquanto o acesso à *internet* permanecia operante, as atividades propostas, mesmo que adaptadas para o ambiente doméstico, não pareciam ser convidativas o suficiente a ponto de promover o mesmo envolvimento, conforme achados dos estudos de Macedo e Neves (2021), identificando uma queda no número de alunos participantes da aula de Educação Física em comparação às demais aulas.

Isto suscitou que as estratégias metodológicas utilizadas até o momento fossem repensadas, no intuito de propor algo capaz de prender a atenção das crianças ou até mesmo fazer com que as mesmas tivessem interesse em realizar as tarefas, empregando inclusive como moeda de troca a frequência escolar ou a própria nota do boletim, não esquecendo que “temos um sistema governamental que, por vezes, prioriza dados quantitativos em detrimento da qualidade, visando o bom posicionamento nos rankings educacionais” (FERREIRA et al. 2021, p. 7).

A nota, tão almejada ao final de cada trimestre, refletia um arremate muitas vezes não condizente com a realidade, e tendo parâmetros bem distintos dos padrões adotados anteriormente para sua atribuição, assumindo critérios mais individualizados,

Este último não foi de todo um aspecto ruim, pois, em muitas localidades pela primeira vez o estudante foi visto e avaliado de maneira ímpar.

Na primeira etapa do ensino fundamental, alguns componentes curriculares a exemplo da Educação Física não têm nota, pois, o documento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) que norteia a organização curricular nos coloca que para determinadas áreas do conhecimento deve-se adotar o princípio da progressão continuada, o que corrobora com uma concepção de educação que leva em consideração que as crianças têm ritmos de aprendizagem diferentes, portanto, não deveriam ser submetidas a reprovação. Portanto, visto que este componente não oferece um parâmetro meritocrático de quantificação da aprendizagem, este seria o motivo utilizado como justificativa por alguns pais para seus filhos não fazerem as atividades propostas.

Ainda sobre este assunto, é preciso considerar a dificuldade que alguns professores encontram em incutir na cabeça dos pais a importância da Educação Física na vida da criança e que, na maior parte do tempo, para os pequenos, a mesma só é relevante quando as brincadeiras são realizadas de forma coletiva pois, o fato de ter alguém com quem compartilhar uma determinada vivência a torna muito mais agradável e motivante, sensação esta que poderia ser proporcionada com a participação e envolvimento da família durante as atividades práticas.

Segundo Gonçalves et al. (2019), a Educação Física não demonstra estar apartada diante do fluxo da informatização apesar de comumente estar atrelada às atividades que envolvem o movimento. Ainda assim, na ausência de alguém com quem dividir este tempo destinado ao brincar e viver experiências com o corpo em movimento, para que serviria a Educação Física em épocas de ensino remoto?

Segundo a BNCC (BRASIL, 2018) a Educação Física aborda a expressão dos alunos através de “saberes corporais” (BRASIL, 2018, p 213), que possibilitam experiências sociais, estéticas, emotivas e lúdicas, essenciais para a Educação Básica, e como seria possível viabilizar essas experiências dentro das aulas de Educação Física na impossibilidade de interagir com os demais colegas?

Foi por esse caminho de ausência de relações que a aula que antes era tida como a mais querida e esperada da escola, acabou se tornando um grande tormento para alguns pais e também para alguns alunos. O período foi tão estressante e desgastante para algumas famílias ao terem que, de certa forma, se dedicar mais no acompanhamento das tarefas escolares dos seus filhos que às vezes, dentre tantas obrigações, a opção escolhida era fazer o necessário para apenas passar de ano, visto que na visão de alguns pais eles não eram professores, portanto, não tinham habilida-

de suficiente para dar conta de darem esse suporte para seus filhos de forma satisfatória.

Após certo tempo convivendo com as tarefas escolares sendo atribuídas desta forma a maioria dos estudantes e famílias conseguiu se adaptar porém, haviam aqueles que ainda permaneciam na esperança de um retorno presencial e outros que preferiam manter-se no modelo remoto, seja por questões de segurança ou simplesmente por comodismo, até porque as próprias informações diárias e atualizações no número de casos e de vítimas da COVID-19 acabavam gerando sentimentos de ansiedade, estresse, medo, depressão entre outros (RAIOL, 2020 *apud* OLIVEIRA; FERREIRA e SILVA, 2020) e induziam as famílias a optarem em se manter realizando as atividades no ambiente domiciliar.

Mais do que a apreensão em relação à aprendizagem, foi percebido que a questão da vulnerabilidade social e emocional das crianças revelou-se como algo muito mais preocupante aos agentes educacionais no decorrer deste período que as mesmas ficaram distantes do ambiente físico da escola, sendo que alguns pais chegaram até mesmo a identificar comportamentos que caracterizavam um estado de desânimo ou tristeza, associados ao sentimento de saudade do ambiente escolar, de colegas de turma ou do(a) professor(a), fato também evidenciado nos estudos de Pedrosa e Dietz (2020).

Diante disto, foi possível averiguar que apesar do modelo remoto ter despontado como principal método para afiançar a educação em um sistema de enfrentamento às demandas contingenciais, também exibiu limitações (UNESCO, 2020 *apud* Gois et al., 2021), tanto que sua própria validação, tomando como base o seu efetivo potencial para a relação ensino-aprendizagem, passou a ser questionada perante as intercorrências estudantis demonstradas.

O(A) PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REMOTO

O(a) professor(a) é considerado “um dos principais pilares e um dos mais importantes no processo de ensino-aprendizagem” (PEDROSA e DIETZ, 2020, p.103), sendo que “uma de suas principais funções consiste em ser o agente facilitador da aprendizagem dos educandos, ajudando-lhes a aprender. É o(a) professor(a) o elo que conecta os elementos internos (a escola) e externos (sociedade)” (PEDROSA e DIETZ, 2020, p.103 e 104).

Diante de uma pandemia que trouxe consigo várias incertezas, assimilar e aceitar que a *profissão professor* seria impactada diretamente foi algo que gerou certa objeção à nova experiência de ensino por grande parte dos docentes, submetendo-os a uma reelaboração de suas “estratégias de sobrevi-

vência” (WOODS *apud* CHARLOT, 2013, p.106), expressão utilizada por Woods (1990) *apud* Charlot (2013) para denominar quais seriam os objetivos do(a) professor(a) que acabam por reger seu comportamento, sendo estes prioritariamente sobreviver profissionalmente e psicologicamente e só depois disso formar seus alunos. O mesmo ainda coloca que “quanto mais difíceis as condições de trabalho, mais predominam as estratégias de sobrevivência” (WOODS *apud* CHARLOT, 2013, p. 106), acrescentando que são essas estratégias que freiam as tentativas de reforma ou inovação pedagógica e não a resistência à mudança.

O que se tinha de recurso pedagógico para o momento era o material impresso e o computador ou celular e tudo o que dava para mensurar pelo papel, com o tempo, foi possível de ajustar. Assim como colocam Oliveira, Ferreira e Silva (2020, p. 7):

Habitados a ministrar aulas presenciais, professores precisaram se adaptar para realizar aulas online, utilizando mais uma vez a inclusão das TIC, substituindo a sala de aula por outro ambiente, o domiciliar. As ferramentas online abriram espaço para uma nova realidade aos professores e alunos. O cenário mudou, o professor começou a gravar vídeos, passou a improvisar utilizando itens de casa para contribuir com o aprendizado dos alunos.



Foi necessário muito afinco para se informatizar e estabelecer uma relação amistosa com a tecnologia que, de uma hora para outra, tornou-se o principal meio utilizado nas instituições de ensino, seja para se comunicar com os estudantes e com as famílias, seja para gravar vídeos explicativos utilizando-se de toda a criatividade possível para fomentar o engajamento dos discentes. Além da parte tecnológica, as condições de infraestrutura, materiais para as aulas e as atividades precisaram ser adaptadas tanto à realidade do estudante quanto ao contexto do momento (DOS SANTOS et al., 2021), e mais uma vez o(a) professor(a) precisaria encontrar-se amplamente capacitado, “se valendo dos mais diversos meios que compõem o processo ensino-aprendizagem, em especial, a utilização de recursos didáticos, como forma de atribuir interesse e participação efetiva em suas aulas” (PEDROSA e DIETZ, 2020, p. 107).

Mas, e na Educação Física? Como fazer para envolver todos, para promover alguma interação e alcançar todas as dimensões do conhecimento? Como organizar as atividades de forma a garantir condições de exequibilidade? Diante destas questões foi necessário refletir sobre a prática, olhar para aquele rol de conteúdos e administrar as aulas de forma a priorizar o que era essencial, pensando no que de fato era importante e significativo para o desenvolvimento do aluno durante e ao final de todas as etapas da Educação Básica. Nesta conjuntura onde o contato permanecia restrito, o brincar e as relações que o permeiam foram extremamente prejudicados, as práticas de movimento ganharam outras conotações como a de auxiliar os indivíduos a se manterem ativos, pensando no indivíduo de maneira holística, e aquela organização conteudista mais sistemática sugerida pelos nossos documentos de base teve que, por hora, ser deixada de lado.

Devido ao relacionamento mais limitado entre professor(a) e estudante, escrever algo sobre os alunos com o intuito de avaliá-los se tornou algo extremamente complicado, pois, num ambiente que era novo para todos, os professores tentaram se adaptar através de grupos de *WhatsApp*, impressões de atividades e ainda contar com a ajuda de familiares (OLIVEIRA; FERREIRA; SILVA, 2020), programando aulas para que o estudante realizasse de forma individual, ou com algum membro da família (GODOI, KAWASHIMA e GOMES, 2020 *apud* MACEDO e NEVES, 2021), o que, na prática nem sempre acontecia.

Um comportamento omissivo por parte dos pais diante de todo esforço realizado pelos docentes na tentativa de fazer com que as aulas acontecessem, manifestou-se como reflexo de um discurso que despreza a Educação Física, principalmente, quando o próprio sistema educacional prioriza o ensinamento de determinados conhecimentos em detrimento de outros, estabelecendo uma priorização do currículo a partir da “seleção dos objetivos ou marcos de aprendizagem essenciais previstos para o calendário escolar de 2020-2021; foco nas competências leitora e escritora, raciocínio lógico matemático, comunicação e solução de problemas”; conforme Parecer do CNE/CP nº 11/2020 (BRASÍLIA, 2020), o que deu ainda mais trabalho para os(as) professores(as) que ainda buscavam de alguma forma defender frente sociedade a legitimação deste componente curricular e manter os estudantes motivados em continuar mandando os seus registros das atividades por meio de foto ou vídeo.

O caminho e orientação para a Educação sempre foram movidos pela instância de fazer o melhor com o que se tinha independentemente de quantos estudantes conseguissem de fato acompanhar, porém, pensando continuamente em traçar diferentes estratégias em busca de atingir a todos. Nunca foi tão necessário pensar e agir com equidade, ainda que o número de alunos que dessem alguma devolutiva em relação às aulas remotas de Educação Física fosse sempre inferior às demais aulas, fato também observado por Macedo e Neves (2021), o que em determinado momento causou certo cansaço por parte dos professores. Mais do que as várias capacitações promovidas com o intuito de dar mais segurança e suporte aos professores na emergente tarefa de aprender a trabalhar com o hodierno, as palestras motivacionais ganharam cada vez mais espaço entre as temáticas escolhidas para as semanas pedagógicas de estudo. O maior desafio foi não deixar o(a) professor(a), exausto(a) e desacreditado(a) de si, sucumbir diante de todos os enfrentamentos que se manifestaram neste cenário.

O fato é que de uma forma ou de outra as aulas de Educação Física tiveram de acontecer, porém, nunca se pode estabelecer algum critério co-

mum ou quantificar ao certo o que esperar delas e, tão pouco, o que ou quanto esperar dos alunos em relação a elas, em razão das diferentes dimensões e circunstâncias educacionais correlatas às condições sociais e econômicas presentes dentro do nosso país ou até mesmo de um mesmo município (VIEIRA et al., 2021).

Para um docente comprometido com a profissão, o discurso da tarefa cumprida não é o bastante, pois, que sentido tem em ser professor(a) sem ao menos saber quem são seus alunos? E este saber vai muito além do que apenas ser capaz de nomeá-los possa representar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como apontam Oliveira, Ferreira e Silva (2020), durante o período mais crítico da pandemia foi possível observar o empenho da rede pública de ensino que buscou manter as atividades escolares através das TICs, instituindo o ensino remoto emergencial, apesar da notória exclusão digital e dificuldades de acesso à *internet*, presentes e estritamente vinculadas à desigualdade social.

O ensino remoto trouxe várias consequências além de escancarar tanto o que havia de melhor (empenho por parte dos professores e de algumas das famílias) como o que era deficitário no processo de escolarização (situações de desigualdade social).

Na presença de algo tão inusitado, foi difícil obter respostas tanto para as perguntas presentes neste texto como para várias outras que emergiram durante este percurso. Estavam todos diante de algo inédito que perdurou por muito mais tempo do que se esperava, impondo adaptações a toda comunidade escolar, tendo de se adequar a esta proposta de educação domiciliar, que atingiu de maneira preliminar os professores e “provocou mudanças no aprendizado das crianças e dos jovens, eventualmente sobrecarregando os próprios pais no contexto de acompanhamento” (BURGESS et al., 2020 *apud* DOS SANTOS et al., 2021, p. 7).

Um ponto a ser levado em consideração e também colocado por Oliveira, Ferreira e Silva (2020, p. 8) seria a emergência da necessidade de uma ação colaborativa destacando como um dos pontos positivos da pandemia a “parceria entre as escolas e os pais durante o isolamento domiciliar, [...] evidenciando o que cada um sabe e pode oferecer, para garantir o direito de aprender aos alunos”. É certo que o material impresso e o aplicativo de mensagens *WhatsApp* foram de fundamental importância para que, de alguma forma, a educação pudesse continuar. Este último quando utilizado como “recurso didático e/ou metodológico se torna viável para o processo de ensino-aprendizagem na medi-

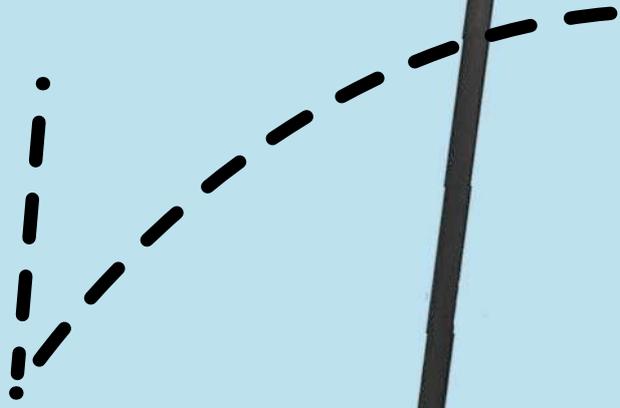
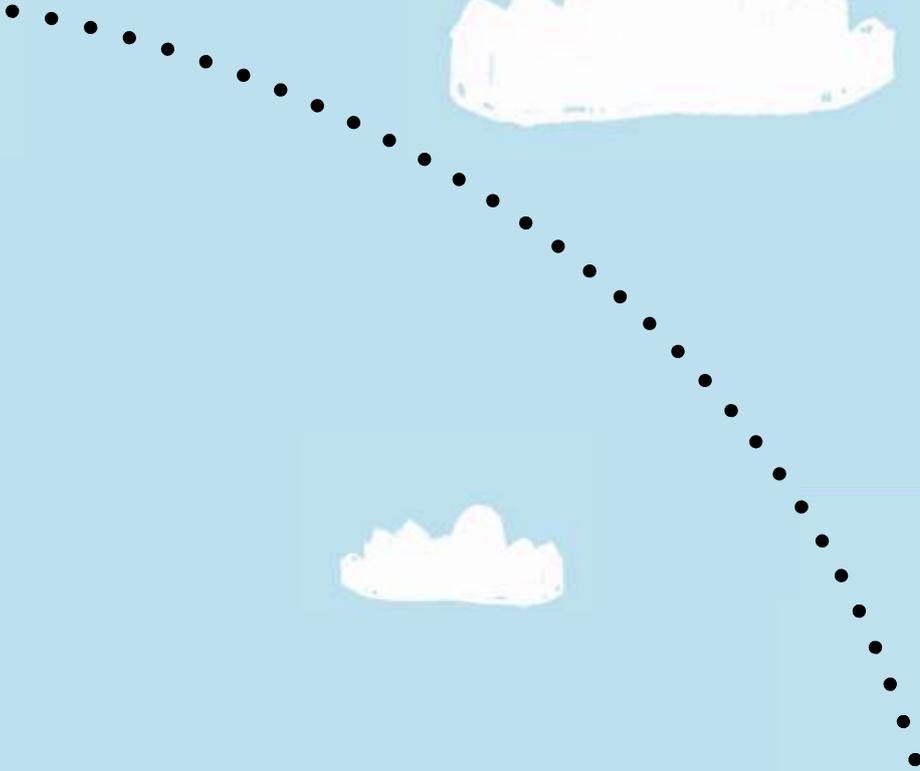
da em que auxilia na conversação entre os alunos e caracteriza um espaço virtual pelo qual ocorre a aproximação com os conteúdos” (NASCIMENTO, 2016 *apud* DOS SANTOS et al., 2021, p. 6). Porém, para todos os que de alguma forma estão inseridos no campo da educação fica muito claro que absolutamente nada é capaz de substituir a presença física do professor, principalmente nos anos iniciais da Educação Básica, período no qual os estudantes ainda dispõem de pouca autonomia para organizarem sua rotina de estudos, por exemplo.



Foi possível perceber também por parte de alguns estudantes e de suas famílias certo desprestígio da educação física, que nitidamente advém de uma desvalorização cultural, social e política, estando atrelada também a falta de esforço e dedicação por parte de alguns pais e estudantes ao não se proporem a aderir às atividades dentro do modelo de ensino remoto, tentando de alguma forma se fazerem presentes e demonstrarem interesse não só em executar as tarefas pertinentes as demais aulas, mas também as de Educação Física.

Quanto ao papel do coordenador sabe-se que este “deve atuar de maneira preventiva junto aos professores, identificando suas vulnerabilidades e desenvolvendo ações que promovam uma convivência favorecida de seu desenvolvimento” (PLACCO; ALMEIDA, 2010 *apud* RAMOS;MAGALHÃES, 2013, p. 9711), investindo seu tempo e esforços na formação contínua dos mesmos, pois só assim seria possível a compreensão da real necessidade de resignificar suas práticas.

Apesar de tantas dificuldades, umas superadas e outras não, foi possível identificar que a educação é totalmente capaz de transpor os muros da escola e, para além disso, a Educação Física nunca teve de ser tão dinâmica e capaz de promover tantos saberes diferentes quanto durante o tempo de ensino remoto.



Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EL_EF_110518_versoafinal_site.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID- 19. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 53, p.39, 17 mar. 2020.

Brasília, 2020. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP n. 11/2020**, de 07 de julho de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pecp011-20/file>. Acesso em: 28 out. 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1 ed. - São Paulo: Cortez, 2013 - (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

COSTA, S.R.S.; DUQUEVIZ, B.C.; PEDROZA, R.L.S. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 19, Número 3, Setembro/Dezembro de 2015: 603-610.

DOS SANTOS, A. G. B. et al. Diagnóstico das Aulas de Educação Física no Estado do Rio Grande do Sul durante a Pandemia da Covid-19. **EaD em Foco**, 2021; 11(2): e 1300.

FERREIRA, T. F.; EVÊNCIO, K. M. M.; SOUSA, A.P.P.; SOUZA, L.P. Considerações sobre os desafios da escola básica atual: reflexões para uma sociedade mais plural. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e29210414036, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14036>. Acesso em: 21 de set. 2021.

GOIS, P. K.M. et al. Reflexões sobre o impacto da pandemia na Educação Física Escolar. **Cadernos RCC#26**. Vol. 8, n.3, agosto 2021.

GONÇALVES, P. S.; FURTADO, A. O. S.; GONÇALVES, C. M. R. O uso das tecnologia da informação e comunicação nas aulas de educação física: um relato de experiência. **BIOMOTRIZ**, v. 13, n. 1, p. 5-17, 2019.

GOULARTE, Gabriel Gules; BOSLLE, Fabiano. O COVID-19, O ensino remoto e os novos acordos didáticos para o ensino da educação física: narrativas das experiências docentes. **Revista Sobre Tudo**. v. 11, n. 2. UFSC, 2020.

MACEDO, L. M. M.; NEVES, L. E de O. Práticas de educação física na pandemia por covid-19. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-5, 2021. PARANÁ. Resolução Seed nº 1.016 - 03/04/2020 - Regime especial - aulas não presenciais. Publicado no **Diário Oficial nº. 10663** de 6 de Abril de 2020. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/resolucao_1016_060420.pdf. Acesso em: 21 set, 2021.

PEDROSA, G.F.S; DIETZ, K.G. A prática de ensino de arte e educação física no contexto da pandemia da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, ano II, vol. 2, n. 6, Boa Vista, 2020.

OLIVEIRA, T. R. H.; FERREIRA, V. M. S.; SILVA, M. I. F. D. Desafios em tempos de pandemia: o ensino remoto emergencial da educação física no ensino fundamental. **Congresso Internacional de Educação e Tecnologias (CIET); Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância (EnPED)** - Ressignificando a presencialidade. 2020.

RAMOS, I.S.; MAGALHÃES, P. M. M. S. Enlaçando formação, afetos e práticas: a relação do coordenador pedagógico- professor na educação infantil. **XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. 2013.

TOMAZINHO, P. Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. **Medium**, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8uokhr2>. Acesso em: 21 de set. 2021.

VIEIRA, D. A., et al. A perspectiva do professor de educação física para as aulas no contexto da pandemia de covid-19. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, v. 11, n. 16, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rn2020111600043>. Acesso em: 21 set, 2021.